



A CONSTRUÇÃO DO “SER” CRIANÇA NA SOCIEDADE CAPITALISTA¹

Marta Regina Furlan²

RESUMO

As experiências e pesquisas sobre a infância evidenciam a necessidade de analisar a concepção de infância como categoria histórica e não somente como categoria biológica. Sabe-se que a criança nem sempre foi vista da mesma forma pela sociedade, pelo adulto. Conforme se processavam as mudanças sociais, econômicas e históricas, ela foi adquirindo imagens diferentes, de acordo com essas mudanças. Nesse sentido, a análise do presente trabalho teve como preocupação situar a criança dentro dessas transformações sociais, percebendo-a sempre como sujeito histórico que constrói histórias. Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade de um olhar especial para a criança na contemporaneidade, analisando sua presença no uso da tecnologia, no mercado de trabalho, na família, na sua relação com o adulto, na sua forma de pensar e sentir, agir, diante do mundo que a cerca. Para isso, tomou-se como categoria de análise o trabalho e as respectivas mudanças no mundo econômico e social. O estudo aqui desenvolvido é uma reflexão sobre o sujeito-criança, na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Infância como Categoria Histórica; Sujeito Criança; Família; Mudanças Sociais, Econômicas e Históricas.

¹ Projeto de Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Pr.: 2003.

² Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UniFil.

E-mail: martafurlan@pop.com.br
pedagogia@filadelfia.br



ABSTRACT

The experiences and research about childhood bring to evidence the need to analyze the concept of childhood as a historical category and not only as a biological category. It is known that the child has not always been seen in the same way by the society, by the adult. As social, economic, and historical changes were being processed, the child acquired different images, according to those changes. In that sense, the analysis of this work aimed at placing the child within the framework of those social transformations, always perceiving him/her as a historical subject that builds history. In that perspective, the need of a special look at the child in the contemporaneity is to be emphasized, analyzing its presence in the use of technology, in the labor market, in the family, in its relationship with the adult, in its ways of thinking, feeling, acting, before the world that surrounds him/her. For that reason, as a category of analysis, the work and the respective changes in the economic and social world are considered. The study is a reflection on the subject-child in the capitalist society.

KEY-WORDS: Childhood as a Historical Category; Subject-Child; Family; Social, Economic and Historical Changes.

1. INTRODUÇÃO

A nova estruturação social, política e econômica estabelece mudanças na maneira como os sujeitos são percebidos, categorizados, diferenciados. Essas transformações aparecem implícitas em atitudes, comportamentos, palavras e nas mais diferentes práticas educativas. Nesse novo cenário social busca-se, como objeto de estudo, pensar a criança como sujeito histórico.

Esta investigação orienta-se pelo seguinte questionamento: Como vem sendo construída a imagem de “ser” criança na sociedade de consumo?

O conceito de infância reflete as variações da cultura humana e as transformações histórico-sociais, assumindo marcas bem definidas em cada época. Desse modo, buscou-se analisar a infância no momento crucial da sociedade atual, bem como nas transformações por que passou sua concepção ao longo de alguns momentos históricos, por entender que esta análise servirá como subsídio para uma compreensão mais ampla da visão que se tem da criança no momento presente.³

3: A criança neste momento precisa ser vista como sujeito concreto, dinâmico, histórico, que pensa, interage, constrói e reconstrói situações cotidianas, manifestando seus medos, suas necessidades, suas peculiares maneiras de sentir.

Para este estudo, foi feita a opção por referências significativas que são base para tal investigação. Recorreu-se, por isso, a autores como: Karl Marx, Friedrich Engels, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Philippe Ariès, entre outros.

Compreender a criança como ser social é o grande desafio desta reflexão. Assim, o primeiro capítulo estuda a relação entre criança e sociedade através de uma análise histórica e social desde fins da Idade Média, passando pelo período da industrialização no Brasil, até a contemporaneidade.

A produção e o uso de conceitos sobre a infância pelo conjunto da sociedade interferem diretamente no comportamento da criança, modelando formas de ser e agir, de acordo com as expectativas criadas nos discursos que passam a circular entre as pessoas, expectativas estas, que, por sua vez, correspondem aos interesses culturais, políticos e econômicos de um contexto social mais amplo (JOBIM-SOUZA, 1996, p.106).

O segundo eixo da reflexão - segundo capítulo - analisa a criança nas relações familiares, relacionando-se diretamente com o primeiro capítulo. O objetivo é discutir a questão da família e suas mudanças na sociedade, bem como entender as mudanças na concepção de infância e do que é ser criança. Nesse sentido, revelam-se tanto a permanência da sensibilidade da sociedade para com o momento próprio da criança, quanto as mudanças que se operam ao longo da história, além da forma de perceber e ver a criança, tanto pela sociedade quanto pela família.

Como último eixo de reflexão, verifica-se o grande desafio desta pesquisa, que é refletir sobre o sujeito-criança na sociedade contemporânea. É notório observar que, com a vida moderna, tudo se torna mais rápido; o tempo não pára e também nós não paramos. Assume-se a correria desatinada como se fosse movimento próprio. Desde a revolução industrial, a sociedade tem-se deixado seduzir pelas idéias de utilidade, produtividade e lucro, passando a identificar como fundamentais o tempo e o dinheiro. Vive-se definitivamente regulado pelo incessante “tic-tac” do relógio. Em meio a tanta correria, pergunta-se: Qual é o lugar da infância nesse tempo tão apressado?

A criança no mundo moderno se depara também com a pressa, a rotina, a tensão, com colegas vivendo na rua, com o trabalho infantil, a erotização, a prostituição; sendo objeto de consumo, convive também com o apressamento da infância, empurrada e seduzida cada vez mais para o futuro – o mundo adulto.

Neste cenário capitalista, trabalha-se a criança como veiculadora de venda de produtos em geral e produtos considerados específicos para ela. Esta situação está relacionada especificamente à compra e venda, visando o lucro. A reflexão que se faz é que a infância acompanha a história dos homens e traz sinais de uma síntese rigorosa na modernidade.



As mazelas do capitalismo compartilham com as crianças as condições de existência adversas ao mundo infantil. Assim, as crianças têm sua infância transfigurada pela voracidade do mercado, do consumo e do próprio progresso tecnológico.

A própria ausência da família tradicional na educação das crianças também contribui para a nova imagem de infância. Pread (*apud* POSTMAN, 1999) chamou a atenção para esse fato ao dizer que a televisão é o segundo pai, querendo dizer com isso que as nossas crianças passam mais tempo com a TV do que com seus pais. Até usam o “disque-história”, como substituto dos pais na hora de contar histórias para elas. Seja como for, é bem claro que a mídia e as novas formas de trabalho e necessidades sociais reduziram o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade das crianças.

Crianças e adultos não mais se misturam. Constituem suas histórias separadamente. Se antes as crianças estavam misturadas com os adultos, se toda reunião para o trabalho, para o passeio ou para o jogo juntava crianças e adultos, a partir do fim do século XIX percebe-se a tendência crescente de separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. Uma das conseqüências mais radicais do sentimento moderno da infância foi, portanto, o afastamento entre o adulto e a criança. Isso significa uma perda da intimidade, dependência e lealdade que tradicionalmente caracterizam a relação entre pais e filhos.

Estes são apenas alguns dos apontamentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destaca-se a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças e entre crianças e crianças, como uma questão que precisa ser analisada com maior profundidade.

Dessa forma, surge a necessidade de refletir melhor sobre este afastamento da criança em relação ao “outro”. A razão mais significativa para essa investigação se dá por se acreditar, segundo pressupostos vygotskyanos, que é necessária a interação da criança com o “outro”, seja adulto, seja criança, contudo mais experiente.

Dentre muitas contribuições significativas de VYGOTSKY (1989), destaca-se o valor da interação da criança com o outro. Por meio das relações, os processos dados no plano externo se reconstituem no plano interno. Vygostky valoriza a interação entre crianças de idades diferentes no âmbito da heterogeneidade. Assim, a criança interage com parceiros diversos em diferentes situações, sendo todos co-autores da situação pedagógica.

Dessa forma, as interações sociais ocupam um espaço de destaque no desenvolvimento infantil, pois é a partir delas que a criança tem acesso à cultura, aos valores e conhecimentos universais. A criança tem oportunidades de cooperar, trocar experiências, adquirir padrões sociais através da linguagem, durante as ex-



periências e, até mesmo, de ampliar o pensamento empírico para um pensamento mais concreto.

Estes apontamentos instigam a uma pesquisa mais profunda para conhecer quais têm sido as conseqüências visíveis deste distanciamento da criança em relação ao “outro” na sociedade moderna.

2. A INFÂNCIA COMO CATEGORIA HISTÓRICA

Partindo da premissa de que a produção de conhecimentos acerca da infância está intimamente ligada ao lugar social que a criança ocupa na relação com o *outro*, é intenção deste capítulo mostrar algumas transformações e orientações dos modos de ser da infância, a partir da Idade Média, como um meio para a compreensão da experiência de ser criança e as vicissitudes desse acontecimento na contemporaneidade. Com efeito, cada época irá proferir o discurso que revela seus ideais e expectativas em relação às crianças, tendo esses discursos conseqüências constitutivas sobre o sujeito em formação.

Entende-se, então, que o lugar da criança na sociedade não se deu sempre da mesma forma. Ao longo dos tempos, a criança pode ser considerada uma expressão de cada sociedade marcada por suas dimensões culturais, religiosas, econômicas, políticas, etc. Não será a primeira vez que o saudável exercício de olhar para trás irá ajudar a iluminar os caminhos que são percorridos pela criança hoje, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas pela sociedade.

Nesse sentido, levam-se em conta diferentes momentos em que a concepção de infância foi indiferenciada e confundida com a do adulto, prevalecendo até fins do século XVIII. Nessa fase, o desconhecimento das características próprias da criança era visível, encontrando-se uma relação que tinha no adulto o único modelo a ser seguido.

Sendo assim, a infância modificou-se acompanhando as transformações do sistema econômico, político, social e cultural vigente em cada período da história. Com isso, pretende-se afirmar a convicção de que a noção de infância não é uma categoria natural, mas profundamente histórica e cultural.

3. A CRIANÇA NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Em decorrência das grandes mudanças na vida social, política, econômica e cultural que ocorrem atualmente, vem-se evidenciando uma modificação significativa na família. Em conseqüência, ela apresenta, hoje, dois aspectos distintos

que a constituem como instituição. Por um lado, ela tem sido vista como o centro de atenção devido ao espaço privilegiado que ocupa no surgimento e fruição da vida emocional de seus componentes. Por outro, tem chamado a atenção dos cientistas sociais, pois, ao mesmo tempo que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, também apresenta uma grande gama de transformações.

Na perspectiva histórica, percebe-se uma vasta mudança na família, desde sua forma extensa, na Idade Média,⁴ até a sua forma nuclear, da atualidade. Antes da industrialização, a família compunha-se de pais, filhos e numerosos parentes vivendo juntos em solidariedade coesa.⁵ Somente as pressões irresistíveis da modernização puderam romper esses vínculos. Essa tradição histórico-sociológica pressupunha uma família definida pela quantidade de parentes que constituíam uma casa.

Hoje, a família está sendo atacada por um lado e defendida pelo outro, com igual veemência. É responsabilizada por oprimir as mulheres, maltratar as crianças, disseminar a neurose e impedir a comunidade. É louvada por sustentar a moralidade, ser um freio à criminalidade, manter a ordem e perpetuar a civilização. Casamentos estão sendo mais desfeitos do que nunca, e mais celebrados do que em qualquer outra época, como afirma Tozoni-Reis (*apud* LANE, 1984, p.99).

Alguns historiadores⁶ puderam afirmar que a mudança no padrão demográfico, conquanto não afetasse as dimensões da família, teve considerável impacto sobre a vida cotidiana da família: “A família nuclear que emergiu na transição para a modernidade é uma configuração única de comportamentos e atitudes decisivamente diferente da que existia antes” (POSTER, 1979, p.11).

A história da família pode contribuir para o conhecimento da história social, ao se examinarem as estruturas emocionais na vida cotidiana de vários tipos de família. Tal investigação histórica capacitará a ciência social a elucidar, não só o passado, mas também os dilemas atuais da vida de família, que envolvem, em certa medida, sentimentos, sexualidade e estabilidade psíquica. Desse modo, a história da família pode contribuir substancialmente para a compreensão dos descontentamentos atuais.

4: No período medieval, a infância era caracterizada pela família como um período de grande impulsividade, desordem. A criança era comparada a um animal, sendo vista como um ser guiado pelos instintos, e não pela razão; incapaz de interpretar de forma correta as poucas experiências que porventura viesse a ter. GUERRA (1985, p.50) afirma “[...] aos adultos era imputada a responsabilidade de promover a entrada da criança no mundo dos ‘realmente humanos’.”

5: TOZONI-REIS (2002) reforça essa idéia ao se referir ao período pré-industrial, quando a família era constituída por agrupamentos de 40 e até mais de 200 pessoas. A vida familiar era mais pública do que privada.

6 É de merecimento destacar que ARIÉS (1981) estava somente interessado na idéia de infância e suas mudanças.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na família, pode-se perceber, ainda hoje, um certo número de características da família tradicional, como a existência de casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges; superioridade dos maridos em relação às esposas (patriarcado) e dos pais em relação aos filhos; famílias ainda numerosas. Quaisquer que sejam a extensão e a complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações mútuos dentro dela, uma família nuclear – um casal com filhos – estava geralmente presente em alguma parte.

No que se refere ao conceito de família, pode-se dizer que:

“[...] Para alguns, a família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é local onde as neuroses são fabricadas e onde exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres.” (LANE e CODO, 1984, p.99).

Afirma Engels que os sistemas de parentesco e formas de família diferem dos atuais sentimentos familiares, visto que não são estáveis, mas se modificam conforme os tempos.

As mudanças referentes à concepção de criança interligam-se significativamente nas mudanças da família, pois, embora ideologicamente tenha-se veiculado dentro da própria família a idéia de que a representação da instituição familiar é algo natural e imutável,⁷ ela não se constrói como algo imutável, mas sim como uma instituição social que se depara constantemente com grandes modificações, de acordo com as mudanças sociais mais amplas.

Percebe-se, então, que há uma determinação histórica da estrutura familiar que tem como ponto de discussão a questão das relações entre família e sociedade. É através deste enfoque que se procurará discutir a relação da criança neste grupo social, analisando-se como ela foi percebida no decorrer das mudanças no conceito de família.

7: Parsons (*apud* LANE e CODO, 1984) fala da sociedade capitalista e toma a família dessa sociedade como universal e mutável: a família nuclear burguesa torna-se sinônimo de família. Outras formas, quando existentes, são consideradas, no máximo, estruturas que se vão, ainda, diferenciar em direção a esse modelo ideal de família.



4. A CRIANÇA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Vive-se hoje um momento crucial da história, um tempo em que há uma espécie de culto ao novo. As noções de pós-moderno, pós-industrial, em níveis diversos, afirmam uma nova era, e os cenários mistificadores indicam o momento globalizado e reestruturado, qualitativamente, pela terceira revolução industrial.

Nesse sentido, verifica-se um conjunto de conhecimentos a serviço da produção e do consumo. Essa sociedade apela incansavelmente para o consumo, criando no indivíduo a necessidade de consumir mercadorias.

MARCUSE (1997) afirma que essa sociedade é a que mais enaltece o indivíduo; usa de todos os meios para que este usufrua da mercadoria para seu próprio conforto; entretanto, é a que menos permite que o indivíduo aja como sujeito singular que tem vontades, sentimentos, sensações e idéias próprias.

Essa mesma sociedade faz com que esse indivíduo adulto tenha a liberdade de consumir, escolher, comprar. E em meio a essa liberdade, verifica-se também a presença da criança como cliente passível de consumir mercadoria. Esse consumismo provoca no indivíduo, seja adulto, seja criança, a satisfação por ter o produto; no entanto, o indivíduo não tem mais controle sobre interesses e necessidades próprios. Não tem espaço para ser de outra maneira, a não ser a que o mercado propõe. Há a renúncia do eu em prol do todo e a única busca acaba se restringindo à busca da felicidade por meio do consumo.

Tanto adultos quanto crianças vivem e convivem diariamente com a possibilidade da obtenção de prazer que, conforme Palangana (1998, p.153) é um “[...] prazer pervertido, cujo fundamento é deslocado para o consumo. O prazer, aquele anunciado pelos Iluministas, que as condições factuais permitem, mas a sociedade posterga, permanece como possibilidade posta entre parênteses, ainda que como possibilidade cada vez mais real. A manipulação se vale do cálculo de probabilidade para induzir o indivíduo a acreditar que as chances de ser ele o próximo a tirar a sorte grande são reais.”

No caso da criança, essa só se satisfaz se tiver o produto que é anunciado em propagandas; só se sente satisfeita se possuir a roupa do super-homem, ou o computador da Sandy e Junior; ou, mais ainda, só brinca se for com brinquedos eletrônicos e industrializados.

MARCUSE (1997, p.29) entende que, nessa sociedade, “...as criaturas se reconhecem em suas mercadorias, encontram sua alma em seu automóvel, casa com vários patamares, utensílios de cozinha, etc.”

Em meio a tanta mudança na esfera econômica e social e tanta novidade, questiona-se: Em que lugar as crianças estão? O que fazem? Quem são elas? Como estão? De que forma reagem a tantas mudanças? Que certezas e incertezas vêm

trazendo para o mundo atual? Essas inquietações permitem pensar de forma crítica como as crianças têm reagido a essas mudanças.

Percebe-se, então, que esses questionamentos são condições para o encaminhamento da reflexão sobre este capítulo, no intuito de esclarecer o significado social da criança na atualidade. Assim, como foi discutido nos capítulos anteriores, procura-se perceber a infância, em específico a criança dentro de um contexto social, vendo-a sempre como um ser histórico que constrói e reconstrói a história e que participa ativamente dessa conjuntura social e econômica.

Perceber a criança em sua subjetividade ajuda a responder às inquietações que elas possam ter. Por sua condição de fraqueza e de promessas, a criança configura forças no seio da sociedade, seja atraindo as atenções de empresas como público consumidor ou como força de trabalho, seja prefigurando uma imagem de gestação.⁸ Frases como estas são ouvidas diariamente: “...as crianças precisam ser educadas para competir no mercado global do futuro”, ou “...as crianças têm que ter acesso ao computador, pois não queremos que elas fiquem para trás.”

Para melhor ilustrar essas argumentações, veja-se o relato de uma criança de oito anos:

“Uso saia ou calça de brilho para sair à noite com meus pais. Também gosto de *shorts* curtinho e justo, sandália e bota de saltinho. E adoro roupa *country*. Carrego na bolsa batom, espelho e perfume, mas não passo muita maquiagem porque minha mãe não gosta. Estou fazendo regime porque engordei um pouquinho. Não tomo guaraná e parei de comer *chips*. Quero ser modelo profissional, por isso não posso engordar.” (VALE, 2001 p.12).

Na condição de participante da família, a criança se coloca no mercado de bens, quer como força de trabalho, no caso das famílias de baixa renda, quer como público consumidor, nas famílias de renda alta e média.

Outra questão pertinente à imagem da criança na atualidade é a de que, em razão da família ter se mudado significativamente nas sociedades industriais mais avançadas, reduzindo-se numericamente, as instituições educacionais já se fazem presentes prematuramente na vida das crianças. Também ocorreram mudanças radicais no espaço urbano e as crianças já não têm os espaços informais coletivos para brincar com

8: Existe na contemporaneidade a infância precoce e a infância consumidora. É a geração de meninas e meninos precoces que criam o hábito de usar roupas, ter gostos e falas semelhantes às dos adultos. Crianças que se transformam gradativamente em pequenas cópias dos adultos.



outras crianças, como havia antes (rua, quintal...). A criança acaba tendo que frequentar, desde pequena, uma instituição educativa (creche, jardim) para a socialização, e para o desenvolvimento das potencialidades intelectuais e psicomotoras. No entanto, a parte afetiva ainda deve ser responsabilidade da família.

GHIRALDELLI JÚNIOR (1997, p.45) também contribui para a compreensão da infância na atualidade, afirmando que a modernidade vem criando a concepção de criança como um ser diferente, em contraposição à concepção de criança como adulto em miniatura. Afirma, ainda, que se vive num mundo onde crianças não têm infância, sendo obrigadas a se tornarem o trabalhador precoce, a vítima precoce, o réu precoce.

É necessário, portanto, construir instrumentos teóricos que permitam pensar nessa nova concepção de criança que se vem constituindo a cada dia. Pode-se ainda pensar na criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Erotização da infância. Sexualidade, publicidade, cultura do consumo. Individualismo desencadeado pela ausência do “outro”. Apagamento da relação de alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Estes são alguns dos fragmentos que compõem a infância hoje, dentre os quais destaca-se a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças, como uma questão que precisa ser analisada posteriormente com maior profundidade.

A criança contemporânea tem como destino transitar entre adultos que não sabem mais o que fazer com ela. Segundo SOUZA e PEREIRA (1997, p.38):

“[...] as crianças passam assim a compartilhar entre si suas experiências mais frequentes, as quais se limitam, na maioria das vezes, ao contato com o outro televisivo, remoto, virtual e maquínico.”

Assim, a produção do conhecimento acerca da infância faz com que ela ganhe um novo *status* nessa nova realidade. Acaba sendo vista como uma eficiente tradutora, para o adulto, de algo criado por ele mas que ainda lhe soa como desconhecido. Muitas vezes, são as crianças que solucionam os impasses que os adultos têm diante do computador, por exemplo. O mesmo acontece quando a criança, ante a uma câmera de vídeo, se mostra à vontade e interage com a máquina como faz com os seus semelhantes.

É possível, então, pensar numa infância, não em termos de reforma, mas em termos de desafio, da necessidade de um novo pensamento, denso e capaz, num novo olhar para a criança pequena.

Olhar para a criança é percebê-la em sua subjetividade, enquanto ser humano, valorizando seus pensamentos, sentimentos, emoções e ações, diante do mundo que a cerca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas conclusões procurar-se-á, em primeiro lugar, sintetizar a orientação geral de reflexão que compôs este estudo. Assim, em primeiro lugar, analisou-se a criança como sujeito histórico-social, que reflete as mudanças em suas próprias concepções, decorrentes das mudanças sociais mais amplas.

Verificou-se que a criança está presente nas relações sociais, seja através de imagens ou idéias que dela se fazem, seja através de mediações da família, seja ainda através de sua própria ação enquanto sujeito-criança.

Sob estas várias formas, a criança revela-se como um ser social importante que constrói e reconstrói história; e é também um ser que tem emoções, sentimentos, expressões, desejos e ações, que merecem ser evidenciados nessa sociedade capitalista.

Durante toda a análise, percebeu-se que a criança foi ora secundarizada, ora exaltada; entretanto, em nenhum momento, ela desapareceu. Apenas foi vista conforme as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais de cada momento histórico.

Assim, entende-se que a infância resulta de uma condição histórica da criança, que não nega o dado natural, mas o incorpora e o expressa socialmente. Revela, contudo, a natureza social do homem na criança e a sujeição da realização mais acabada da sua especificidade às contradições sociais.

Hoje, ser criança é ser consumidor, é ser precoce, é ser trabalhador. Essas características são marcas da concepção que se tem de infância na atualidade. Ao mesmo tempo em que se depara com a visão idealizada que prega a liberdade da criança e os deveres e direitos criados pela sociedade para ela, tais como a atitude de respeito, o amor e a proteção que lhe são devidos, do outro lado, há exigências de comportamento, nas quais é tratada e conduzida cotidianamente tal qual o adulto em responsabilidade, coragem, trabalho, conhecimento, junto ao fato antagônico de ser considerada como carente, inferior, e condicionada a obedecer e a seguir as ordens dos “maiores”.

O que existe é a falta de diálogo entre o adulto e a criança; some-se a violência, a destruição, a perda da sensibilidade e da espontaneidade infantil, por uma “autoridade” adulta que seduz gradativamente as crianças para o mundo adulto, lotado de tensões, individualismo, responsabilidades, isolamentos, consumo, exploração do trabalho, etc.

Esta análise buscou compreender o grande desafio atual que consiste em compreender as conseqüências negativas que o encurtamento da infância pode provocar na vida da criança enquanto sujeito. Em função disso, entende-se que é preciso trabalhar numa perspectiva de humanização, valorizando a experiência,



as emoções, os sentimentos, os desejos, a própria espontaneidade infantil, da criança consumidora, da criança trabalhadora, da criança negra, da criança da favela, da criança de rua, da criança vítima, da criança ré, da criança sofrida, da criança feliz. Nesse sentido, busca-se libertar a criança enquanto criança, e dar-lhe o seu maior direito que é o de viver seu tempo de infância.

Entretanto, isso é possível se forem revistas as condições econômicas, políticas e sociais postas na sociedade capitalista, pois a criança que se tem hoje é expressão do que a sociedade determina via mercado produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1997.

JOBIM-SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papirus, 1994.

JOBIM-SOUZA, Solange. **Tempo, memória e história de professores: identidade e subjetividade em transformação**. Trabalho elaborado para o I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. Lisboa, 1996.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1997.

LANE, Sílvia T. M; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Praça – Revista de Estudos Marxistas**. São Paulo, n.1, p.113-140, 1997.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, Karl. **O capital** (Livro Primeiro v.I). São Paulo: Difel, 1984.



PALANGANA, Isilda C. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Plexus/EDUC, 1998.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

TOZONI-REIS, José R. Família, emoção e ideologia. *In*: LANE, Silvia T. M; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VALE, Rosângela. Infância interrompida. **Folha de Londrina**. Londrina, 12 out. 2001. Caderno Folha da Sexta, p.12-14.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.